

COMITÊ DE MUDANÇA DO CLIMA E ECOECONOMIA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Ata da 34ª reunião ordinária, realizada em 16 de setembro de 2014

Em 16 de setembro de 2014, o Comitê de Mudança do Clima e Ecoeconomia do Município de São Paulo promoveu sua 34ª reunião ordinária, realizada na Universidade Aberta do Meio Ambiente e da Cultura de Paz – UMAPAZ, situada na Av. Quarto Centenário, 1268 - Parque Ibirapuera - Portão 7A - São Paulo – SP, às 09:30 h.

A Pauta prevista foi a seguinte:

Expediente:

- Leitura e aprovação da Ata da 33ª reunião ordinária, realizada em 22 de agosto de 2014
- Informes gerais
- Sugestões para inclusão nesta Pauta

Ordem do Dia:

- Apresentação do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Município de São Paulo por Silvano Silvério da Costa, presidente da Autoridade Municipal de Limpeza Urbana – AMLURB
- Revisão do decreto 50.866/2009, regulamentador do Comitê de Mudança do Clima e Ecoeconomia do Município de São Paulo
- Sugestões para inclusão na pauta das próximas reuniões.

A reunião foi presidida pelo Secretário Adjunto no exercício do cargo de Secretário do Verde e do Meio Ambiente, **Ricardo Brandão Figueiredo**, uma vez que o Secretário **Wanderley Meira do Nascimento** estava em viagem ao exterior.

Iniciada a reunião, foi dado início à aprovação da ata da reunião do dia 22 de agosto de 2014. **Roberto Wagner Lourenço, representante da Unesp,**

suscitou uma dúvida segunda página, quarto parágrafo: “Apontou que hoje, 98,2% dos resíduos vai para aterro sanitário, e a expectativa é de atingir 20% em 20 anos.” Dada a presença de **Silvano Silvério da Costa**, presidente da Amlurb, solicitou-se a ele o esclarecimento do assunto: hoje, 98,2% do total de resíduos sólidos gerados vai para aterro sanitário. A expectativa é que, em 20 anos, esse percentual se reduza a 20 %, ou seja, 20% do total gerado irá para aterro sanitário. Ficou decidido que seria feita a correção da ata, que foi, assim, considerada aprovada.

A seguir, a **Secretária Executiva do Comitê** apontou o problema de horário de Silvano e do próprio Secretário **Ricardo Brandão Figueiredo**, convocado pela Câmara Municipal. Assim, foi realizada uma inversão de ordem na pauta para poder contemplar o problema de horário.

Perguntado se havia alguma sugestão de inclusão na Pauta, nada foi sugerido.

Passou-se, então, à Apresentação do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Município de São Paulo por **Silvano Silvério da Costa**, presidente da Autoridade Municipal de Limpeza Urbana – AMLURB (anexa).

Iniciado o debate, **Fernanda Bandeira de Mello**, representante da **Secretaria de Estado da Energia**, perguntou quais são os direitos trabalhistas dos catadores, nesse modelo de cooperativa, se eles são os únicos empregados, qual o salário médio, quanto custa a gestão do fundo, como fazer a gestão da cooperativa e da unidade de produção, quanto da venda de recicláveis vai efetivamente para pagar os catadores, e quanto vai para o tal fundo para reinvestimento? Qual o percentual de rejeito esperado? Quanto custa a coleta e quem paga? Isso está no custo? A implantação da logística reversa deve reduzir o número de material seco que será coletado pela municipalidade, porque ele será coletado por outro, imagino eu. Ou seja, se essas centrais vão poder trabalhar só para a coleta municipal, ou se elas vão poder vender esse serviço? Se privados que hoje já são obrigados a ter sua coleta própria e destinação adequada, se também vão poder ser clientes dessas unidades? E as compostagens? O ecoparque me causa um certo arrepio, esse nome, porque uma indústria de biogás, me pareceu que é uma indústria de biogás, com uma pré-coleta de retirada de secos. Então eu, como Secretaria de Energia, gosto mais que se chame isso de uma recuperação energética do resíduo.

Silvano Silvério da Costa esclareceu que os catadores trabalham em cooperativas, integrando-se, assim, à a regra de cooperativa, e não à relação trabalhista. A SES contrata cooperativas, e eles estão lá enquanto cooperados. Os catadores recebem, líquido, R\$ 1.500,00, na verdade chega a R\$ 2.109,00 o valor de cada um, mas são retidos valores para Plano de Saúde, para férias, vale-refeição, vale-transporte, seguro de vida. Mas são cooperativas, pois a lei fala que só pode contratar por dispensa de licitação cooperativas de catadores. E eles estão lá enquanto cooperativas, mas em uma condição de trabalho das melhores possíveis, situação climatizada, uma situação ergométrica muito

melhor. Eles não são os únicos empregados da central de triagem, pois há outros trabalhadores que são das concessionárias, mesmo porque essas plantas são muito complexas. Há leitor ótico, balístico, há certa complexidade operacional, particularmente porque há duas máquinas integralizadoras, uma Voucher e a outra é Stable, alemã e francesa, ainda em teste. Estas unidades estão dentro da concessão, dentro daquele plano de negócio em que foi feito o reequilíbrio econômico-financeiro em 2012. Eram 17 unidades. E aí nós trocamos as 17 manuais por 4 mecanizadas. E a diferença de custo entra no reequilíbrio agora, de 2014. E a concessionária tem a obrigação, pelo contrato de concessão, de operar por três anos, a rever depois dos três anos como fica, mas o custo dessas centrais mecanizadas da Ponte Pequena foi de 21 milhões, me parece, com o custo operacional de três anos, e a da Carolina Maria de Jesus foi 33 milhões. Esta foi mais cara porque a obra civil é muito mais complexa. Então é essa a realidade. O fundo tem um agente operador, que foi contratado para esta finalidade. Contratado pelo fundo. Não tem nada a ver mais com o serviço público. O município contratou os catadores, e fez uma dação em pagamento dos resíduos. Hoje em dia, o que acontece? Essas cooperativas que funcionam no município, o município leva o resíduo para lá, e os catadores reciclam. Comercializam e têm a sua atividade. Neste caso aqui, como a quantidade de resíduos é maior, nós criamos uma estrutura institucional um pouco mais complexa, para que haja um acompanhamento deste fundo, e garantir que este fundo tenha certa sustentabilidade. Muda o padrão das cooperativas que hoje está. Esse agente operador tem lá, uma quantidade mínima de profissionais. Um economista, um administrador, que faz esse trabalho, que é guardião do recurso do fundo. O fundo tem CNPJ, que saiu agora, essa semana. Acabamos de fazer o planejamento estratégico do fundo agora, tem um conjunto de ações que o fundo vai fazer. Ele tem o estatuto, tem o regimento aprovado da forma correta. A escolha dos conselheiros foi feita de forma pública. A ideia é mais ou menos assim: o fundo, ele é dos catadores. Mas ele tem certa governança ali, que permite a sociedade participar, de certa forma, para que não seja uma utilização, tipo assim, junta todo o recurso, e agora vamos distribuir para cada um, um pouquinho do dinheiro. Não. Não é bem assim. Tem uma regra de funcionamento, tem um planejamento, e agora nós já começamos a fazer a discussão sobre o uso do recurso do fundo, e aí é que vai ser decidido. , o que vai para investimento, o que vai para pagamento, serviço ambiental urbano dos catadores, o que vai para capacitação. Nós estamos na fase de fazer essa avaliação. O estatuto do fundo é que define o que ele vai poder pagar. Ele, em tese, pode distribuir recurso para os catadores, mas a ideia é que ele retenha um recurso estratégico percentual, para poder amortecer valores de preço de venda para você não ter que vender muito rápido. Então tem tem uma estrutura bem montada, por exemplo, a FIESP participa do fundo. E aí vem o que você perguntou em relação a como é que é a coleta seletiva, e a logística reversa de embalagens em geral. Porque ele foi pensado, este fundo, já para absorver um eventual termo de compromisso assinado entre o município e o setor privado das embalagens. Com qual finalidade? O que está colocado na proposta de acordo setorial apresentado pela coalizão das embalagens no governo federal, é uma proposta que ao nosso ver está muito ruim. Porque eles trabalham com

a perspectiva de triplicar a quantidade de cooperativas nas cidades sedes da Copa, e ampliar 440 PEVS nas cidades sedes da Copa. Quer dizer, eu fiz essa conta aqui para São Paulo. A gente sairia dos atuais 250 toneladas/dia para 325. Sendo que nós estamos agora, viabilizando... o nosso projeto é para 1.690 toneladas. Agora, é razoável que o município de São Paulo gaste esse recurso, e o setor privado fica lá só olhando, fazendo um acordo setorial para dizer assim: eu vou dar uma prensa para o catador aqui, eu vou capacitar uma cooperativa ali. Que é isso que eles querem fazer. A nossa proposta, nós estamos vigilantes em relação ao acordo setorial de âmbito nacional. Já fizemos uma articulação com as entidades municipalistas, e vamos contribuir para a consulta pública, porque a ideia é que o setor privado não implemente uma logística reversa de embalagens em geral, concorrente com o programa de coleta seletiva. Há que se fazer um acordo e ajudar o município a implementar a coleta seletiva, sobretudo dos secos. Porque custa. E para informação dos membros aqui, a estimativa é que a gente gaste 2,4 milhões por mês com a ampliação da coleta seletiva, em relação a hoje. E a nossa proposta é chamar o setor privado e dizer assim: olha, está aqui um custo. Venha ajudar, porque vocês têm conta a pagar aqui no município. Porque é claro que a política nacional fala que o município tem que implantar a coleta seletiva. Mas o município já tem a coleta seletiva. A questão é que é muito pequena. E o setor privado tem a obrigação de fazer a logística reversa. Então a responsabilidade é deles. Não pode ser imputada ao município, o custo de fazer e deixar o setor privado e garantir as metas do setor privado. Não é razoável. Então nós estamos muito atentos em relação a isso, Fernanda. Atentos, vigilantes, articulados, e organizados para influir nesse acordo setorial de âmbito nacional. E o custo é esse que eu me referi anteriormente. Quem paga é o municípe. Porque na verdade, quem paga é o município, por meio da concessão, que remunera a tarifa. Então nós vamos ter que fazer um reequilíbrio...

Fernanda Bandeira de Mello, representante da Secretaria de Estado da Energia, esclareceu a razão da dúvida: os compactadores devem estar na concessão, mas não ficou claro se outros equipamentos estão na concessão. Os outros caminhões que não compactam tanto. Você vai coletar com compactador, mesmo sem compactar?

Silvano Silvério da Costa explicou que todos são do tipo compactador. Um com carga maior, outro com carga menor. Mas ambos, compactadores. O que muda é a carga de compactação. As centrais mecanizadas estão dimensionadas para fazer a triagem dos resíduos domiciliares. Não imaginamos aqui, trabalhar com os resíduos dos grandes geradores. Nós já vamos botar 250 toneladas/dia até o final do ano. Então não tem carga ociosa. Se tiver carga ociosa, eventualmente, algum turno que possa ajudar a custear, se pode analisar. Não é descartada essa possibilidade.

Fernanda Bandeira de Mello, representante da Secretaria de Estado da Energia, lembrou que as cooperativas pegam de grandes geradores. Embora seja, a meu ver, irregular, elas fazem isso desde sempre.

Silvano Silvério da Costa concordou, apontando que não é razoável. Nesse sistema que nós estamos criando, a ideia é a gente organizar, porque nós temos três tipos de contrato. Na verdade, é um contrato único, mas com três modalidades. O catador em regime especial, que são desses das cooperativas. O regime pleno, que vão ser os abrangidos pelo recurso do fundo, que vão poder vir para o sistema, que a gente consegue incluir de forma mais organizada, de uma forma melhor. E o de transição, que são os atuais conveniados, que vão passar... provavelmente vão migrar para o pleno, mas aí, com um conjunto de condicionantes. Eu acho que no geral, as suas dúvidas, talvez, tenham sido respondidas no caso dos secos.

Neste momento o Secretário Adjunto Ricardo Brandão Figueiredo interrompeu o debate, pedindo desculpas pela saída antecipada. Agradeceu ao Silvano, informando os membros do Comitê que a convocação na Câmara Municipal era do vereador Gilberto Natalini, sempre atuante nas questões ambientais. Designou a **Secretária Executiva do Comitê, Laura Lucia Vieira Ceneviva**, para continuar a condução dos trabalhos.

Silvano Silvério da Costa passou a tratar dos resíduos orgânicos no que toca às compostagens. O contrato de concessão tinha no plano de negócios original a previsão de compostagem, acho que eram duas unidades de 250 toneladas/dia. O modelo era um modelo tecnológico, mas como esse contrato é de 2004, muita coisa mudou. Nós estamos nesse momento, fazendo um projeto de engenharia. Estamos usando um modelo de compostagem que é muito simples, que funciona em Florianópolis, lá com a CEPAGRO. E vamos ter esse galpão de triagem com custo menor para poder fazer a implantação das simplificadas dos resíduos de feiras. A compostagem daquelas de garagem é aquilo que eu apresentei ali. O primeiro resíduo é mais nobre. Porque é um resíduo da coleta seletiva. Diferentemente do que a gente tinha no passado aqui em São Paulo, que todos os resíduos chegavam em uma unidade, e era como se fosse um ecoparque daquele, mas com modelo tecnológico bem mais antigo. E aí era ruim a situação. Essa, não. Essa central de compostagem tem sucção negativa de eventuais cheiros. Ela funciona no processo, também, de aeração de baixo para cima. E são de túneis, ali. Funcionam muito bem, e eu não sei te dizer a eficiência de água, nesse processo aqui, mas é muito pouco. De energia, também não é o caso, porque a compostagem dos resíduos da coleta seletiva de orgânicos objetiva a compostagem somente, não havendo geração de energia. No caso do biogás, aí sim. De fato, ele se assemelha muito a uma indústria, mas não é uma

indústria de biogás, somente. Porque nós temos um subproduto grande, que é adubo, também. Então a ideia é gerar adubo, além da biodigestão. E tem também os recicláveis secos. É uma indústria que tem a entrada de resíduos, e saída de energia, a saída de adubo, a saída de recicláveis secos, e tem utilização de água... nós não chegamos no detalhe ainda, para definir se é via úmida, via seca, o processo no detalhe. O que nós estamos fazendo nesse momento talvez seja importante dizer: esse plano de gestão, ele é um plano de gestão pós-política nacional de resíduos. A concessão é de 2004. Então ela tinha um plano de negócio. Um modelo tecnológico, que era a coleta, aterro sanitário e pronto. Depois da política nacional de resíduos, tem outra realidade. Nesse momento, nós temos publicado o edital de verificação, independente do contrato de concessão da cidade, para avaliar várias coisas. Primeiro, para a gente fazer uma avaliação nos termos de compromissos ambientais anteriores a 2014. Ver se foi feito, se está de acordo. Mas tem um produto muito importante, que é: qual é o impacto do plano de gestão na concessão atual. Quero dizer mais especificamente, quanto é que ele impacta na tarifa. Aí vai-se avaliar os custos de investimentos e também as receitas acessórias, que não são pequenas. E o contrato ainda tem mais dez anos de tempo. Ele está na metade do curso, e ainda tem possibilidade de prorrogações. Então essa verificação independente é uma verificação independente com empresas de grande porte. A ideia é ter uma avaliação que vai dar para a gente informações importantes para avaliar o impacto do Plano de Gestão na concessão atual, e que a gente espera fazer isso com cenários posteriores para a tomada de decisão do Prefeito. Porque a hipótese é não aumentar a tarifa. Quer dizer, em um município em que você não tem sobra de recurso, você tem que ter a incorporação de um plano com impacto menor da tarifa. E nós fizemos uma avaliação econômica e financeira do plano de gestão no contrato. E a nossa aposta é que possa impactar muito pouco. Acho que é isso.

Roberto Wagner Lourenço, representante da Unesp, expressou cumprimentos pela excelente apresentação. Bastante didática, bastante clara. Poucas dúvidas se mostram. Também parabenizar a administração pública porque quem trabalha com essas coisas sabe a dificuldade que é integrar, interagir com diferentes segmentos para uma questão tão complexa, cujos resultados são muito a longo prazo. Pouco se consegue muito rapidamente. Então a gente sabe dessas dificuldades. Você finalizou falando do impacto da tarifa, apontando para uma pergunta. Porque agora, entendendo que o objetivo, pelo gráfico, é diminuir, isto é ter apenas 20% nos próximos 20 anos de resíduos, obviamente, para implantação de todo esse sistema, dentro do plano de gestão, você, lá no final dessa ponta de 20 anos, pensando que isso não é uma política momentânea, você vai ter um impacto, tanto no seu sistema de recurso quanto na alocação. Nos dados que você colocou, são 50 bilhões, 2

bilhões para essa pasta, ou para esse orçamento, 14 reais por habitante. É isso, não é? Mais ou menos ali. Então isso está no impacto da tarifa de hoje. Essa é a tarifa trabalhada em cima de hoje. Como que isso foi pensado daqui 20 anos, como que será o impacto nessa tarifa. Porque nós temos que pensar que tarifa é o principal responsável, talvez, pela maioria das políticas de sustentabilidade não estarem plenamente implantadas hoje. Então essa é uma curiosidade, não é nenhuma questão, talvez os estudos já estejam prontos, como você falou. A outra questão já é uma questão filosófica, de quem trabalha, digamos, com pesquisa, na área de engenharia ambiental, e que trabalha mais a parte tecnológica. E aí, voltando na questão da ambição, dos 20% dos resíduos, estou entendendo que nós vamos chegar a 20 anos, e não teremos mais resíduos orgânicos a serem dispostos nos aterros sanitários. Aí eu fico pensando que obviamente, essa é uma questão de grande valor. Obviamente, você alimenta outra cadeia de sustentabilidade para coleta, para gerar uma nova forma de educação, todos esses conceitos mesmo, de alocação, área que é necessária para tudo isso daí. Mas na outra ponta, na minha cabeça, nós que trabalhamos com tecnologia, eu vejo que nós abrimos mão de uma matriz que é extremamente importante. Que é a que talvez a colega citou, que é a matriz energética do biogás. Que a gente sabe que é a matriz geradora do gás oriundo da decomposição é do orgânico. Então hoje, nós temos algumas centrais que trabalham e que procuram fornecer. Eu não estou entrando nem no mérito da dificuldade tecnológica, que obviamente, o Brasil está atrás. Nós temos muitas outras matrizes, também. Não estou entrando nesse mérito. Mas isso foi pensado nessa conta? Ou essa é uma discussão que, por algum momento, possa passar pela cabeça de vocês? Porque é uma matriz para um município que produz uma quantidade dessa, são 14% responsáveis pela emissão do gás. E esse 14%, se você aproveitar quase que aí, é o que indica hoje, parte de 30% dele limpo, você vai ter um produto também nobre, para alimentar uma matriz energética. Obrigado. Parabéns, de novo, Silvano.

A Secretária Executiva do Comitê, Laura Lucia Vieira Ceneviva, pediu ao **Nelson Figueira Junior,** representante da **Secretaria Municipal de Saúde** para endereçar sua questão, para Silvano responder em bloco.

Nelson Figueira Junior, representante da **Secretaria Municipal de Saúde,** parabenizou pelo avanço nessa política de gestão de resíduos, que tem um impacto imediato na saúde dos trabalhadores, o que sempre foi alvo de preocupação. Uma população extremamente vulnerável, na lida com esse material. E de outro lado, a gente tem também, aspectos importantes na promoção e prevenção da saúde, porque quanto menos resíduo, menos poluentes ambientais, mais saúde a gente vai ter. Então a perspectiva de futuro é importante. Agora, minha pergunta não diz respeito diretamente ao foco da

sua apresentação. Gostaria de saber como que está sendo contemplada hoje, pelo programa, pelo Plano, da perspectiva logística reversa, principalmente em eletroeletrônicos. E na questão de resíduos de serviço de saúde, acenando com a possibilidade de coleta de resíduos perigosos, de classe B, que teriam duas empresas contratadas que fariam a coleta desse resíduo, que vai desde medicamentos, até o mercúrio, material que contém mercúrio, por exemplo. Então, o plano está acenado um fluxo para medicamentos, encaminhando para a AMA e UBS. Eu queria saber se isso está funcionando, e tem uma questão que se insere nisso também, que é a dos termômetros, que contém mercúrio. E a gente está hoje, se debatendo lá na questão do amálgama. De consultório odontológico, que nem no privado há fluxo para isso. Se tem alguma perspectiva aí, dentro desse campo. De logística reversa, estava lembrando que são as lâmpadas, também, que contém mercúrio. Obrigado.

Fernanda Bandeira de Mello, representante da Secretaria de Estado da Energia, fez um aparte: dentro da pergunta que o colega da UNESP fez, se você puder contemplar a questão do controle de entrada e saída. Porque o grande problema da geração de adubo é que se você controla o que entra, você controla o que sai. Se você não controla o que entra, você não controla o que sai. Então se nesses estudos ficaria aí uma janela de abertura para cumprir essa questão que o colega levantou.

Silvano Silvério da Costa respondeu primeiro ao Roberto. Nós tivemos um cuidado, um dos produtos do Plano de Gestão, ainda que a gente não tenha apresentado no Plano, foi essa análise econômico-financeira do impacto. Por que como é que funciona? A concessão tem um Plano de Negócios. Então ela tem lá, um conjunto de investimentos ao longo dos anos, naquele período de 20 anos. Em 2007 foi feito um termo de compromisso ambiental empurrando alguns investimentos lá para o final da concessão para reduzir a tarifa. Tirou a taxa, esse que foi o maior apelo. E nós trabalhamos agora, neste momento, com um grupo de economistas que rodaram todo o plano ao longo de mais de 10 anos que tem o plano, para analisar que impacto dá na tarifa. Então é claro que nós trabalhamos, primeiro, com os custos de investimento dessas unidades, fazendo uma checagem desses custos, aonde foi implantado na Europa, trazendo para os custos brasileiros, os gastos e os custos brasileiros. Fizemos uma avaliação das receitas acessórias que a concessão teria com a venda de energia, com a venda do adubo, eventualmente a utilização da energia na própria planta. Quer dizer, foi tudo considerado até onde a gente poderia considerar, e fizemos uma avaliação de vários cenários. Por exemplo, na coleta seletiva, as duas centrais mecanizadas que estão previstas, não essas duas, a gente poderia utilizar a receita da comercialização para ajudar a custear o próprio sistema. Eu estou falando de 1,5 milhão por mês, de cada central de triagem, para comercializar os resíduos. Então nós já estamos aqui,

com uma perspectiva de inclusão dos catadores. As outras duas centrais podem ser internalizadas, e serem utilizadas como receita acessória. Dos tratamentos mecânico-biológicos também têm a comercialização do resíduo reciclável seco. Então têm receitas acessórias, investimentos. A nossa avaliação é que o impacto na tarifa, ele é um pequeno impacto. Mas nós estamos contratando essa verificação independente, exatamente para ter isso um pouco mais bem sacramentado, com uma contratação dentro do contrato de concessão, que vai nos permitir a atuação legal, com contrato de concessão. O que mais ou menos acontece é assim: a pergunta é se neste momento, o prefeito vai, eventualmente, fazer uma internalização de um plano operacional de ações que vai acontecer em 20 anos, ele vai fazer isso agora, ou, eventualmente, ele pode fazer as ações que estão previstas nos quatro anos de contrato, e eventualmente os outros prefeitos façam essas renegociações? Então é mais ou menos essa conta. É sempre possível fazer essa avaliação. O que o prefeito fará, quando ele chamou essa verificação independente, dizer o seguinte: bom, impacto é alguma coisa. Pode ser para mais, pode ser para menos. Eu tenho alguns arranjos para fazer dentro desse contrato de concessão. O contrato permite prorrogações. Vai prorrogar agora, vai prorrogar depois? Então é preciso fazer essa verificação independente e ver que impacto é esse. E como é que ele faz para impactar na concessão hoje, ou eventualmente mais para frente. Mas é claro que é sempre melhor fazer hoje do que você fazer ao longo do tempo. Porque hoje, como a concessão ainda tem dez anos, você tem mais tempo para amortizar esses investimentos. A outra ação é, eventualmente, mudar o cronograma de implementação do plano de gestão. Você pode, eventualmente, não fazer tudo agora. Pode escalonar ao longo do tempo. Aí essa verificação é que vai dar para a gente os cenários. Mas veja, é um impacto de 20 anos. E neste momento atual.

Roberto Wagner Lourenço, representante da Unesp, acrescentou: é mais ou menos isso que eu estou tentando colocar. Porque obviamente em 20 anos, se hoje você gasta 14 reais, esses 20 anos, isso vai alterar. E esses 14 reais provavelmente, são de investimento. Isso é muito claro para qualquer tipo de segmento. Se você está investindo, você está colocando daquilo que você tem, ou de reserva, ou você precisa tirar de algum outro lugar. Na iniciativa privada, se você não tem reserva, não vai no banco, você aumenta o valor do teu produto. O nosso produto é o contribuinte. É mais ou menos nesse sentido. Depois de 20 anos você tem a estabilidade, espera-se, de um plano implantado, e funcionando. Se você vai ter menos resíduos, você vai ter menos necessidade de logística, você vai ter as estações funcionando, coletando e gerando recurso. Então aí você começa a diminuir, talvez, a retornar àquilo que era.

Silvano Silvério da Costa: Assim, no cenário que vai ser verificado, qual é a hipótese? Por exemplo, uma hipótese, você pode até trabalhar com a perspectiva de prorrogação do contrato por mais período. Você amortiza os seus investimentos em mais tempo. Porque a concessão é de 20 anos, prorrogável por outro período. Então essa é toda a verificação que vai ser feita para a tomada de decisão. Mas impactará, e a nossa perspectiva é que tenha um impacto menor, na avaliação econômico-financeira que nós fizemos, pode impactar menos em função das receitas acessórias. Aí é uma discussão infundável que a gente pode fazer. Mas tem a possibilidade, inclusive, de impactar pouco, a tarifa. Tem a possibilidade de impactar pouco. Depende de, se de fato, se configurar o cenário que nós imaginamos, depende se você vai prorrogar esse contrato por mais período. Aí depende de um conjunto de situações. Porque o contrato de concessão ainda tem mais dez anos. Quanto à matriz energética, essa é a grande discussão. Têm alguns estudos que foram feitos., um deles feito pelo próprio Ministério do Meio Ambiente, ele não foi publicado. Mas tem uma avaliação de modelos tecnológicos, feitos com a gestão de resíduos, considerando algumas hipóteses. Por exemplo, aterro sanitário, tratamento mecânico-biológico e compostagem. Aí analisando o impacto econômico, e o impacto ambiental. O impacto ambiental significando o quanto que você tem de redução de emissões para cada um dos modelos tecnológicos. É claro: incineração, você gera muito mais energia. Mas o balanço de emissões é muito negativo. Então você tem muito mais emissões. Esse estudo é um estudo que nos encoraja a ir pela rota do tratamento mecânico-biológico. Quer dizer, é muito interessante o balanço de geração de energia e redução de emissões no tratamento mecânico-biológico, que são esses ecoparques que estão no nosso plano. Nos parece melhor. Mas ainda tem a possibilidade da geração, ou da produção de composto para uso na agricultura, da compostagem também. A pergunta é: vale a pena pegar o resíduo da coleta seletiva e levar para um biodigestor para gerar energia, ou trabalha para fazer a compostagem, e tem adubo com esse resíduo? A avaliação é de custo. É uma avaliação de custo e benefício, que tem que ser vista. Na nossa análise, foi melhor trabalhar com o que é possível coletar de coleta seletiva, compostagem, e depois, resíduos indiferenciados. A gente trabalhar para biodigestão. Nos pareceu mais interessante. E esse balanço de emissões, geração de energia, ele é mais interessante também para os ecoparques na avaliação que nós fizemos. Nelson, em relação à logística reversa de eletroeletrônicos, o Ministério do Meio Ambiente, na semana passada, colocou em consulta pública, a logística reversa de lâmpadas fluorescentes, e de embalagens em geral. A partir de ontem, segunda-feira, já é possível pegar a proposta de acordo setorial de lâmpadas fluorescentes que está no site do Ministério do Meio Ambiente, que lá tem uma proposta. E também a de embalagens em geral. Essas duas provavelmente vão ser as

próximas a serem transformadas em acordo setorial, que vai ser assinado pelo governo federal. Acho que vale a pena dar uma olhada nessa de lâmpadas fluorescentes e também a de embalagens em geral. Existe uma proposta, foi feito um edital de chamamento para logística reversa de medicamentos usados. Os chamados medicamentos pós-uso, descartados, ou descartáveis, depois de validade. Essa foi feito um piloto, a cidade de São Paulo participou desse piloto. E é interessante. Porque o setor privado, ao invés de pegar os medicamentos vencidos e dar uma destinação, não. Quer dizer, nós tivemos que levar o resíduo e tratá-lo nas nossas unidades de incineração do resíduo de serviço de saúde. Mas foi feito um piloto. A informação que eu tenho do Ministério do Meio Ambiente é que o setor de medicamentos está muito atrasado para viabilizar essa logística reversa de medicamentos vencidos. Eu não sei te falar da parte de resíduos perigosos. Resíduos perigosos e resíduos de serviço de saúde, no nosso caso aqui, no caso de resíduos de serviços de saúde, no nosso contrato, permite o cadastramento dos geradores de resíduos de serviço de saúde. A gente coleta e dá a destinação adequada nas unidades. Então é feito todo um cadastramento, inclusive aí, amálgama, de consultórios dentários, todo. Ele é coletado e é dada a destinação adequada. Mas essa parte de medicamento, no setor, está muito reativo. A logística reversa de medicamentos talvez seja a mais atrasada, apesar de ter começado junto lá, com as outras quatro cadeias. Não dá para colocar no município, a responsabilidade de fazer o recolhimento de medicamentos descartados. Quer dizer, o município tem que dar destinação para aqueles, para as unidades municipais. Quer dizer, das farmácias, do resíduo pós-consumo, ou depois de vencido, o setor privado que tem que dar destinação. Acontece assim em vários países do mundo. O que acontece com a logística reversa é isso: a política é muito boa, todo mundo acha que é importante, mas na hora de botar a mão no bolso, meu amigo, é difícil. E aí, todo mundo reage. Quer dizer, essa discussão da logística reversa de embalagens em geral é um exemplo. Está claro que 35% dos resíduos coletados na cidade de São Paulo, como no resto do Brasil, são secos. Desses 35%, 70% são recicláveis. E desses, 70% são embalagens. É razoável que o município vá fazer a coleta seletiva, e dar destinação e triar para a indústria não faz sentido. O governo federal tem alguns instrumentos para fazer a logística reversa e o acordo setorial é um deles. Mas ainda tem o decreto, que é sempre possível fazer, e tem o termo de compromisso. Passado esse tempo da política nacional de resíduos, talvez já esteja na hora de fazer alguma logística reversa por decreto, na minha avaliação.

Secretária Executiva do Comitê, Laura Lucia Vieira Ceneviva: Nós estamos já, adiantados na hora e, por isso, pergunto se alguém mais tem questão a apresentar para o Silvano. Inscreveu-se aqui, a Melina da Secretaria de

Relações Internacionais, que está substituindo a Tayara. Alguém mais? Não? Então só a Melina.

Melina Rombach, representando a Secretaria de Relações Internacionais e Federativas, parabeniza o Silvano pela apresentação. O nosso plano de gestão integrada de resíduos sólidos têm gerado curiosidade/interesse em algumas redes internacionais, e em alguns espaços, mesmo antes do ISLA. Várias delegações visitando as centrais, mas não tanto pela tecnologia, mas por essa vinculação das centrais com o fundo, e com uma agenda de combate à desigualdade com os catadores. E aí, é nesse sentido, duas curiosidades, na verdade, Silvano. Uma é como vocês estão trabalhando com a quantidade de catadores, porque é uma população muito grande, há estimativa de 20 mil a 100 mil na cidade. E no plano de 20 anos, como vocês estão trabalhando com essa questão do número de catadores, para depois saber quantas cooperativas melhoraram, quantos, de fato, foram incluídos como trabalhadores? E a segunda pergunta, na parte de resíduos secos, uma das ações é um programa de coleta seletiva solidária. E aí eu não entendi muito bem. Eu queria que você, enfim, desse detalhes desse programa. Obrigada.

Silvano Silvério da Costa: Ok, Melina. Bom, obrigado pelo apoio que vocês de Relações Internacionais têm dado para a gente. E parabéns também, lá, pelas agendas diversas. Nós estamos agora com o edital para sair no convênio que nós fizemos, ajudados por vocês, com as SENAls. Um convênio da Secretaria Nacional de Economia Solidária para fazer um diagnóstico dos catadores na cidade de São Paulo. A ideia é conhecer os catadores da cidade de São Paulo. Porque isso parece perna de cobra. Todo mundo sabe que tem, mas ninguém vê. Uns falam em dez mil, outros vinte mil, nove mil, eu já vi todos os números. Mas agora, nós discutimos uma metodologia com o IBGE e já está pronto o edital, que nós vamos publicar para fazer o diagnóstico dos catadores da cidade de São Paulo. Está muito bem-feito o edital, e a ideia é a gente conhecer, de fato, quantos são, quais são, onde estão, o que fazem, qual é a atividade duplicada que têm, gênero. Porque como, na verdade, se a gente souber a quantidade e onde estão, o fundo é a porta de saída, e que vai dar consequência. Quer dizer, nós estamos com duas ações importantes: esse de economia solidária, que a ideia é criar dois centros de referência de economia solidária, além de todo esse trabalho dos catadores, para poder fazer essa inclusão dos catadores. E o próprio fundo vai ter a finalidade de capacitar, equipar e também aportar recursos para esses catadores. E a segunda parte: o programa de coleta seletiva solidária em próprios municipais é para que o município faça também, a sua lição de casa, está certo? Quer dizer, se a gente não tem uma coleta seletiva nos próprios municipais da forma adequada, o Município também está errando. Eu não diria só o Município. O Estado tem que fazer. O Município tem que fazer. A União tem que fazer. Porque é muito

resíduo que gera. Então tem um programa, e já temos um diagnóstico dos resíduos nos próprios municipais. Quantos resíduos são gerados. E a gente deve fechar, imagino que nos próximos 2 meses, esse programa de coleta seletiva, que vai ser vinculado àquela agenda 3P, que é também uma agenda da administração ambiental, em próprios municipais. E a ideia é criar esse programa com a inclusão de catadores. Um programa específico que nós estamos trabalhando, que um grupo de trabalho está trabalhando.

Secretária Executiva do Comitê, Laura Lucia Vieira Ceneviva: Muito obrigada, Silvano, pela apresentação, pelas perguntas. Obrigada também aos membros que apresentaram suas questões. Eu não tenho a questão, mas o que eu ia dizer é que, mais para frente, eu vou procurar vocês para a gente fazer uns ensaios de contas das emissões e tudo o mais, até já preparando a elaboração do próximo inventário. Então queria agradecer, mais uma vez, a sua presença e colaboração nessa área, que é o segundo maior emissor de gases de efeito-estufa no Município de São Paulo. Então, voltando à nossa pauta, vamos esgotar a questão da ordem do dia, que um ponto de pauta é a revisão do decreto que regulamenta o Comitê. Esse ponto de pauta foi uma indicação do Secretário Wanderley para hoje, porque nós vamos começar uma revisão do decreto, porque, por exemplo, quando ele foi feito, não existia a Secretaria de Licenciamento, que trata dos licenciamentos dos inúmeros empreendimentos implantados em São Paulo. Então a SEL não está aqui, e ela tem uma estreita ligação, por exemplo, com SECOVI, com SINDUSCOM, com a Secretaria da Habitação e tudo o mais. Nós não contamos, por exemplo, com a Secretaria de Meio Ambiente do Estado, tem Energia, tem Saneamento e Recursos Hídricos, mas não tem Meio Ambiente. Então nós vamos fazer uma revisão do decreto para reorganizar. E a questão, para os senhores membros do Comitê é se alguém tem alguma sugestão, se tem alguma proposta de encaminhamento com relação a isso. Então está aberta a palavra. Não sei se alguém teria alguma reflexão, alguma consideração a fazer nisso, por agora. Nada? Então certo. Então nós vamos continuar. A gente vai fazer essa proposta de alteração. Por exemplo, vai implicar, inclusive, certas negociações. Porque a Secretaria de Estado do Meio Ambiente pode concordar ou não em participar do Comitê. Então tem toda uma conversa a ser travada aí. E se, de outro modo, em outro momento, algum dos senhores tiver alguma consideração a fazer, por favor, enviem, entrem em contato com a gente. Ou mesmo que não seja uma ideia pronta e acabada, uma reflexão, está bem? Compartilhem conosco, que nós vamos fazer essa revisão. Até mesmo no processo de funcionamento do Comitê. Façam as considerações que entenderem adequadas, está bem? Bom, superada essa questão da ordem do dia, voltamos, então, à questão dos informes gerais. E aí, eu tenho alguns informes, mas vou primeiro, abrir a palavra aos senhores. Alguém gostaria de

fazer uso da palavra? Não? Então vou começar eu. O informe é o seguinte: nós temos o Plano Diretor aprovado. E está em andamento uma série de coisas. Uma delas, a lei de parcelamento, uso e ocupação do solo, que foi mencionada na reunião passada. O representante do SECOVI, inclusive, se manifestou interessado em participar e colaborar para isso. E, outro informe, é a elaboração associada do plano de mobilidade e do plano de habitação. Eu, particularmente, não em função desta atividade aqui, mas em função da minha atividade pregressa, no fomento ao uso da bicicleta como meio de transporte, eu participo do grupo que está fazendo o plano da mobilidade. E a mobilidade, o transporte, é o maior emissor. Na mobilidade, seja na tecnologia veicular, seja na qualidade de combustível, seja nos processos de gestão, que até o Ronaldo Tonobohn falou disso na reunião passada, existe a questão do padrão de emissão. Naquilo que foi estabelecido como plano de trabalho pela Secretaria Municipal de Transportes, há em andamento um inventário de emissões das ações praticadas. Essencialmente, nesse momento, as faixas de ônibus e o plano ciclovitário. Eu vou começar a me inserir nesse processo. E aí depois, isso vai ser trazido, evidentemente, para os senhores. Então do ponto de vista do plano de habitação, eu não tenho conteúdos para trazer para os senhores. Mais para frente, isso pode vir a ser trazido também aqui para os senhores. O outro informe que eu vou trazer diz respeito a uma conversa com o Alfred Szwarc, que é representante da FIESP no Comitê, que não pôde estar hoje presente. Ele recomendou que a gente trouxesse para os senhores o resumo daquilo que tinha sido finalizado na gestão do Kassab, como um sumário de ações, e propostas, e tudo o mais. Que isso fosse apresentado. Alguns dos senhores estiveram na formação do Comitê anterior. A maior parte, não. Mas enfim, apresentar isso, até para que as pessoas possam se apropriar desses conteúdos, e fazer uma reflexão, e a gente acumular e não dissipar um esforço anteriormente realizado. Então nós vamos nos organizar, para também trazer isso para os senhores. Fernanda se inscreve.

Fernanda Bandeira de Mello, representante da Secretaria de Estado da Energia compartilha o trabalho que foi feito nessa linha do plano de mobilidade. O trabalho foi feito pela Cetesb e pela SMA, eu não me lembro se foi no ano passado ou retrasado, já tem algum tempo, é sobre teletrabalho. Está muito bom. Eu vou mandar para vocês. Pode disponibilizar para os demais. É uma redução de viagens, na verdade, o teletrabalho, ou home-office como queiram chamar. Muito bem feito, com prós e contras, com dificuldades, com ganhos. É um trabalho realmente muito rico e eu acho que o plano de mobilidade deve incluir, o não se mover, também. Locomoção evitada. Então eu vou mandar para você, você fique à vontade para mandar para os demais.

Secretária Executiva do Comitê, Laura Lucia Vieira Ceneviva: Obrigada. Algum informe?

Lilian Sarrouf, representante do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo – SINDUSCON-SP, suscitou, com relação aos planos, o Diretor, Mobilidade, etc., a proposta é que vocês viriam apresentar. Eu lembro que a Patrícia, na reunião passada, se dispôs. Quer dizer, seria a pauta das próximas reuniões. Seriam essas apresentações, e a gente poderia propor sugestões.

Secretária Executiva do Comitê, Laura Lucia Vieira Ceneviva: Sim. Sem dúvida. Não estou dizendo exatamente que vai ser a próxima, entendeu? Inclusive da reunião passada, eu anotei uma série de sugestões de pauta. Posso até fazer uma rápida passada aqui para vocês... Os pontos que foram suscitados como pauta: a questão da avaliação ambiental das faixas de ônibus, que eu também referi hoje. A questão da apresentação daquele estudo inédito que foi feito no inventário nosso, que é a emissão da interface água/ar, a emissão de gás de efeito-estufa na interface água/ar dos principais corpos hídricos da cidade, Tietê, Pinheiros, Tamanduateí, Billings e Guarapiranga. Que foi um estudo para por a questão das emissões dos corpos hídricos em cima da mesa. E o representante da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos revelou interesse específico nisso. A outra questão, foi até um comentário do Secretário Wanderley, é a discussão da contribuição e da interrelação de São Paulo com a região metropolitana e o estado, nas questões de qualidade do ar. A apresentação do plano de resíduos que tinha sido pedido como ponto de pauta, foi feita. Você mesmo, Lilian, tinha apontado, como ponto de pauta, a questão da eficiência energética, e uso racional da água nas edificações. Você até tinha referido uma metodologia de inventário que... Ou foi o Dirceu? Foi o Dirceu. Para obras e pós-uso.

Lilian Sarrouf, representante do SINDUSCON-SP: foi feita uma proposta de metodologia que a gente está testando com as construtoras e com cálculo de emissões.

Secretária Executiva do Comitê, Laura Lucia Vieira Ceneviva: Isso. Então isso seria uma coisa também, como ponto de pauta. E aí as questões da Patrícia. A questão da apresentação do próprio Plano Diretor, da revisão da lei de parcelamento, uso e ocupação do solo, que é o zoneamento. A questão da outorga onerosa, a questão das metas de emissão, e tudo o mais. A questão decisiva para nós, que é a priorização das ações mitigadoras, e a contratação do novo inventário que a gente iniciou o processo lá na Secretaria, que são atividades administrativas, internas. Então isso, na reunião passada, foi o que tinha sido levantado como ideia. Voltando aqui ao que você tinha apontado, e que eu mesma falei, o Plano de Mobilidade é uma ação interna da Prefeitura, capitaneada pela Secretaria Municipal de Transportes, mas que tem um monte de interfaces. E, entre elas, o processo de participação na elaboração do plano,

em um monte de consulta pública prevista, e tudo o mais. Isso, não é que vai ser trazido para cá nesse momento, mas eu participo de ambos os fóruns. Tanto no plano de mobilidade quanto aqui. Vou fazer a interface naquilo que seja possível e necessário. Ao mesmo tempo que, o foco absoluto, tanto lá quanto aqui, e aí querendo trazer mais rapidamente para cá, que é o inventário, é o estudo da avaliação ambiental das faixas de ônibus, e o plano ciclovitário, embora eu mesma saiba que o plano ciclovitário tem uma deficiência, uma base informacional muito mais difícil. Fernanda?

Fernanda Bandeira de Mello, representante da Secretaria de Estado da Energia: Só um pedido. Eu sei que todos nós podemos ter acesso pela internet, mas se no sistema do mailing essas reuniões que forem abertas sobre o plano de mobilidade propriamente dito, ou outros que sejam de interesse dos membros do comitê, se pudessem ser disponibilizados, era legal.

Secretária Executiva do Comitê, Laura Lucia Vieira Ceneviva: Legal que você tenha tocado nisso, porque a Tatiana, ela faz um acompanhamento, seja de noticiário, seja de outro tipo de ação. Então se vocês têm interesse, eu posso, se for o caso, iniciar um processo de envio de notícias... Não sei se tem interesse nesse tipo... Ela faz isso para nossa utilização interna. Se vocês têm interesse, eu posso mandar para vocês.

Oradora não identificada: Eu sou membro do CONSEMA. Hoje tem reunião lá. Eu estou aqui, porque a gente trocou os titulares. Mas a gente recebe, por exemplo, um clipping do CONSEMA. Então seria um clipping do Comitê, lá, alguma coisa assim, que...

Secretária Executiva do Comitê, Laura Lucia Vieira Ceneviva: Certo. Então eu vou mandar para os senhores, e aí depois, com o tempo, vamos ver a eficiência, a utilidade. Vocês vão fazendo críticas, sugestões. Está bom? Mais alguém? Bom, sugestões de inclusão na pauta das próximas reuniões, tem um monte de assuntos. Nós temos perguntas para vocês: o C40, que é aquela ONG internacional, a gente pediu para eles também virem fazer uma apresentação aqui, da síntese. Era o Adalberto Maluf, o responsável pela ação do C40. E ele vir fazer uma apresentação para os senhores, daquilo que o C40 realizou nesse período que ele trabalhou aqui. Então para até abrir e ampliar, eventualmente, o espectro de ações. E até reiterando uma informação anterior, de dizer para os senhores, das suas instituições, que a gente está aberto a fazer a reflexão e evidentemente, uma consorciação de esforços em alguns trabalhos. Por exemplo, eu vou até exemplificar. Eu falei para o Silvano essa coisa de fazer conta, é trabalho, mesmo, fazer cálculo de emissão, por exemplo, em relação a algumas coisas do Plano de Gestão de Resíduos. Eu particularmente quero fazer isso. Quero ir lá, sentar com quem trabalha, e fazer

conta de emissão. E aí, se os senhores tiverem outras sugestões, de outros Grupos de Trabalho, para que, eventualmente, já façam os seus encaminhamentos, que nós podemos formar, ou Grupo de Trabalho do próprio Comitê, ou eventualmente, uma associação da Secretaria do Verde com a instituição que tiver uma proposta, se for possível. Enfim, esse tipo de coisa. Pergunto, portanto, das sugestões de inclusão na pauta das próximas reuniões.

Oradora não identificada: Eu não sei se já estaria pronto, mas eu queria recuperar essa do resumo do que já tinha sido realizado. Que se ficar muito para trás, daqui a pouco já não faz mais diferença. Então se a gente puder priorizar isso, é legal.

Oradora não identificada: Para otimizar, o que você acha dessa apresentação das ações que já tinham sido feitas, e no mesmo dia, a apresentação do C40 e de ICLEI, que também faz parte do Comitê. As ações que eles já fizeram em São Paulo, são duas ONGs importantes. Aí é um dia de memória. E a partir daí, a gente define temas estratégicos...

Secretária Executiva do Comitê, Laura Lucia Vieira Ceneviva: Acho que seria uma boa ideia. E eu acho que você tem razão de ser próximo, porque aí, é o que vai valer a pena. Vou acrescentar só outro... Não é bem um informe, mas é uma reflexão. Isso afeta principalmente a Secretaria de Habitação, o SECOVI, o SINDUSCON, que é uma série de questões de gestão racional de uso de energia, de água, principalmente, que acaba afetando emissões. Mas não necessariamente afetando emissões. Vou dar um exemplo da minha preocupação. Empena verde dos edifícios. Então o empresário implanta um prédio com empena verde. Isso vai afetar positivamente a temperatura. Vai contribuir para a paisagem, etc. Mas eu fico imaginando: o primeiro rato que subir pela empena verde, o condomínio vai querer tirar a empena verde. Então eu os convido para uma reflexão de como a gente pode trabalhar essas questões mais edilícias, mais da natureza do edifício, com foco nas leis que estão sendo revistas. Isto pensando na perpetuação dessas coisas no patrimônio edificado da cidade, todas trabalhando na perspectiva de se institucionalizar isso em um arcabouço legal. Porque a gente que trabalha no setor público, e procura sedimentar no quadro legal questões que possam colaborar para minimização de emissões, a gente encontra um monte de dificuldades, que são essas flutuações no tempo, das soluções adotadas. Então fica como informe meu aqui, dizendo para os senhores que a gente enfrenta estas questões, e pedindo se alguém tiver alguma reflexão para fazer, que a encaminhe.

Lilian Sarrouf, representante do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo – SINDUSCON-SP: Você tocou em um assunto

que para nós é superimportante. Estou feliz que você tem a mesma aflição que a gente. A gente vê surgir muita legislação relacionada com a ação sustentável. Tanto eu, o Della Mana, a gente fala assim: a gente bombardeia quem elabora essas leis, porque são muito pontuais. Então, por exemplo, se pensa no telhado verde, mas não se pensa que isso vai afetar no aquecedor solar. A gente brinca, porque se fossem sair todas as leis na cobertura dos prédios, teria que ter aquecedor solar, telhado verde, mais não sei o quê, não sei o quê... pintura branca, então é muito maluco. Por isso que a gente propõe, quando a gente fala assim, do Programa Municipal de Eficiência Energética de Edificações, Programa Municipal de Uso Racional de Água, é para ver o todo. A primeira proposta é a gente analisar esse arcabouço legal. Hoje a gente tem as piscininhas, que somos obrigados a fazer as piscininhas, mas uma lei fala que eu não posso reusar essa água. Quando a gente quer reusar a água da piscininha, não pode. A outra fala que você tem que infiltrar a água. A outra fala assim: não, a piscininha tem que ser individual, quando de repente, você pode fazer soluções coletivas. Do lado de vocês a gente vê que têm boas ideias. Então a primeira proposta seria isso: talvez criar esse programa municipal de construção sustentável. E tentar capitalizar, liderar um processo. Porque a Fernanda está mais acostumada com isso lá na Câmara, mas aparecem 50 legislações para falar do mesmo assunto. E algumas assim: cria-se o telhado verde. Ponto. A partir dessa data, todos são obrigados. Ponto. Ia criar o telhado branco. A partir dessa data, todos os telhados da cidade de São Paulo têm que ser brancos. Aí nós fomos explicar que não ia ter tinta suficiente. Pintor suficiente. Nem grama branca. Daí ia ter que tirar o aquecedor solar. Então seria... É muito bacana sentir isso. E fazer uma coisa mais robusta. Perene. Por isso que a gente batalha nisso. Quando a gente fala linha do programa municipal, é justamente isso. Criar um arcabouço legal, ter sustentação, para que essas ações sejam efetivadas. E que possam ser modernizadas, inclusive com inovações, tecnologias. Pegar a gestão de resíduos, a gente trabalhando com o Silvano, já tem melhorias. O próprio aquecedor solar, a gente já propôs melhorias. Então a ideia é fazer realmente essa coisa robusta. Se o comitê puder ter esse peso, nossa, ia ser um ganho para vocês que estão desse lado, e para a gente que está desse lado. E tem uma sugestão nossa até com relação ao Código de Obras, com relação à outorga, tendo essas soluções de sustentabilidade que comprovadamente vão trazer benefícios. Porque também não adianta você por no prédio, ganha a outorga e, também depois, não ser operado o que foi feito, então seria bom conseguir essa discussão no Código de Obras.

Secretária Executiva do Comitê, Laura Lucia Vieira Ceneviva: Muito obrigada, Lilian, pela receptividade. No caso, a lei da política da mudança do clima fala que a gente tem que regulamentar isso. É uma tarefa que está



pendente, e vamos dar andamento. E volto de novo a palavra aos senhores. Alguém tem mais alguma coisa a acrescentar? Ninguém mais querendo se manifestar, estamos encerrando a nossa reunião. Muito obrigada pela presença dos senhores, hoje. Esperando que tenha sido contributivo e produtivo este momento. E sempre permanecendo no aguardo das contribuições de todos porque estamos reiniciando um processo. Teremos que construir algo que seja útil, não só do ponto de vista informativo, mas do ponto de vista concreto e prático para cada um dos senhores. Muito obrigada. Está encerrada a reunião de hoje.

MEMBROS DO COMITÊ PRESENTES

- **Fernanda Bandeira de Mello / Secretaria de Estado de Energia**
- **Eduardo Della Mana / Sindicato das Empresas de Imóveis do Estado de São Paulo – SECOVI-SP**
- **Lilian Sarrouf / Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo – SINDUSCON-SP**
- **Marcelo Cesar Betcher / Secretaria Municipal de Educação - SME**
- **Marco Antonio Biasi / Secretaria Municipal de Habitação - SEHAB**
- **Melina Rombach / representando a Secretaria Municipal de Relações Internacionais e Federativas - SMRIF**
- **Mônica de São Thiago Lopes / Secretaria Municipal Infra-Estrutura Urbana e Obras - SIURB**
- **Nelson Figueira Junior / Secretaria Municipal da Saúde - SMS**
- **Odair Henrique Neto / Secretaria de Governo Municipal - SGM**
- **Roberto Wagner Lourenço / Universidade Estadual Paulista – UNESP**
- **Silvano Silvério da Costa / Secretaria Municipal de Serviços - SES**
- **Tércio Ambrizzi / Universidade de São Paulo - USP**

Ricardo Brandão Figueiredo

Presidente em exercício do Comitê de Mudança do Clima e Ecoeconomia do Município de São Paulo

Laura Lucia Vieira Ceneviva

Secretária Executiva do Comitê de Mudança do Clima e Ecoeconomia do Município de São Paulo